

# Relatório do Grupo PPE

Número 9 / Setembro II de 2011



## **Aprovadas propostas de governação económica – um grande êxito para o Grupo PPE**

*Eduard Sloomweg*

O Grupo PPE congratula-se com a aprovação, esta semana, de seis propostas legislativas sobre governação económica destinadas a prevenir futuras crises económicas e orçamentais nos Estados-Membros.

O pacote de seis medidas reforça o actual Pacto de Estabilidade e Crescimento. É possível assegurar políticas económicas e orçamentais responsáveis através da inclusão do sistema de votação invertida na vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento e na Supervisão Macroeconómica. Esta medida reforça o papel da Comissão Europeia quer na supervisão quer no procedimento sancionatório.

Corien Wortmann-Kool (NL), relatora sobre a vertente preventiva do pacote, afirmou: «A UE enfrenta uma das suas piores crises económicas. Alguns Estados-Membros estão a ter graves problemas para equilibrar os seus orçamentos nacionais. Os mercados financeiros estão muito instáveis. Nesta situação, precisamos de uma resposta forte e unida para os problemas. Os mercados financeiros necessitam de uma governação económica europeia previsível, forte e transparente. As seis propostas legislativas vão nesse sentido. O voto da Esquerda é contra as regras urgentemente necessárias e não é no interesse dos cidadãos europeus porque temos que enfrentar e resolver os nossos problemas de uma forma convincente.»

Diogo Feio (PT), relator sobre a vertente correctiva do pacote, afirmou: «Em primeiro lugar, este pacote é importante para prevenir qualquer crise futura. Em segundo lugar, começa por associar a ideia de estabilidade ao crescimento na União Europeia. Em terceiro lugar, devemos ter em conta que os Estados-Membros com finanças públicas sólidas são aqueles cuja economia está a crescer.»

Jean-Paul Gauzès (FR), coordenador do Grupo PPE na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, afirmou: «Este voto é um passo histórico rumo a uma verdadeira governação económica.»

«A única forma de sair da crise é controlar as finanças públicas. As medidas que aprovámos reforçarão o Pacto de Estabilidade e Crescimento e melhorarão os mecanismos de supervisão a fim de prevenir e corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. Esta é a condição para recolocar a Europa no caminho do crescimento», concluiu Gauzès.

## **Estado da União: não precisamos de mais instituições, precisamos de mais acção**

### ***Ioannis Zografos***

O Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, encontrou muitos aliados na Câmara quando insistiu que a União deve respeitar o método comunitário para enfrentar a actual crise económica, financeira e social.

Discursando no debate sobre o Estado da União, o Presidente da Comissão reconheceu que este é o maior desafio na história da União Europeia.

Enquanto defendia a sua proposta de introdução de uma taxa financeira europeia, adoptada pela Comissão esta semana, e elogiava as vantagens a longo prazo das euro-obrigações, o presidente Barroso rejeitou de facto a ideia de criação de um Ministério das Finanças da Zona Euro.

«Os governos, sejamos francos, não podem fazê-lo sozinhos, nem tal é possível através de negociações entre governos. Com efeito, no quadro das competências comunitárias, a Comissão é o governo económico da União, e não precisamos de mais instituições para o fazer.»

Foi apoiado por líderes dos grupos políticos, em especial o Presidente do Grupo PPE, Joseph Daul (FR), que enfatizou que a Comissão é o governo económico da União.

«Compreendo que em tempos de crise a tendência seja a de nos desligarmos do resto do mundo, mas agora temos que agir e centrarmo-nos no método comunitário. A abordagem europeia não deve ser dois, três ou quatro presidentes a enviarem mensagens diferentes, mas apenas um com uma única e rápida estratégia de sucesso. Presidente da Comissão, o senhor é o chefe do governo económico», declarou Joseph Daul.

O Presidente da Comissão reiterou que a Grécia continuará a ser membro da zona euro apesar da sua crise da dívida e que os Estados-Membros da União continuarão a mostrar solidariedade para com Atenas.

## **Crise do euro: muito pouco e demasiado tarde**

***Gunnar Larsson***

A crise do euro tem mantido os líderes europeus ocupados há bastante tempo. Na sua reunião de Bruxelas, em Julho, esperavam ter finalmente reforçado as economias vacilantes, uma vez que se comprometeram a aprovar todas as medidas necessárias para assegurar a estabilidade financeira. Ao reformar a sua economia e privatizar os seus activos, a Grécia, num estado de quase incumprimento, deveria regressar a um caminho de crescimento sustentável e os empréstimos do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, do Fundo Monetário Internacional e dos investidores privados deveriam recapitalizar quer o país quer os seus bancos. Mas, desde então, a economia caiu e os mercados estão cada vez mais turbulentos.

O Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, é o Presidente do Eurogrupo, que consiste nos Ministros das Finanças dos países da Zona Euro. Encontrou-se em Estrasburgo com os deputados do Parlamento Europeu e deparou-se com uma bateria de perguntas sobre quais as próximas medidas a adoptar.

«Durante semanas e meses, os líderes da Zona Euro mostraram a sua determinação em defender o euro e em tornar a solidariedade europeia a verdadeira base dos seus esforços políticos. No entanto, temos de reconhecer que as decisões aprovadas no Verão não foram suficientes, chegaram demasiado tarde e são muito difíceis de executar. A impressão que se tem é que são os mercados que detêm o controlo e não a política», declarou o Presidente do Grupo PPE, Joseph Daul (FR), considerando as decisões aprovadas em Julho insuficientes.

Juncker descreveu as dificuldades do processo de decisão no Eurogrupo: «É verdade que a Europa respondeu de uma forma lenta e não completamente dignificante. Atribuo esta situação à gravidade da crise, a uma falta de análise precoce e ao facto de os dezassete membros da Zona Euro serem únicos naquilo que representam.» Tornou claro que, tal como Daul, apoia a utilização do designado método comunitário na resposta europeia à crise: «Como primeiro-ministro do Luxemburgo, prefiro de longe o método comunitário ao método intergovernamental, que tem sido praticado nos últimos anos.»

## **Catástrofes naturais: da resposta nacional a um melhor planeamento da UE**

*Francesco Frapiccini*

Esta semana, o Parlamento Europeu aprovou o relatório «Reforçar a capacidade de resposta europeia a situações de catástrofe: papel da protecção civil e da ajuda humanitária», para o qual Elisabetta Gardini (IT) é a relatora.

«Este voto representa um importante passo rumo a uma resposta europeia mais rápida e eficaz a situações de catástrofe. O número de catástrofes quintuplicou ao longo dos últimos trinta anos. Depois do sismo no Haiti e do desastre nuclear no Japão, vimos que a escala de catástrofes pode ser imprevisível. Em situações em que a rapidez e a qualidade da ajuda são essenciais para salvar vidas humanas, a UE necessita de um sistema para assegurar uma utilização eficaz dos meios de emergência», afirmou Elisabetta Gardini.

«A ajuda humanitária e a protecção civil devem ser reforçadas e devem continuar a seguir uma abordagem baseada nas necessidades e num determinado número de princípios. É essencial que o orçamento da UE apoie acções destinadas a antecipar catástrofes, a preparar e a prevenir as catástrofes, a reagir mais rapidamente e a permitir mais flexibilidade no lançamento de acções de desenvolvimento para sair de situações de crise», disse Michèle Striffler (FR), relatora permanente para a ajuda humanitária.

«Em tempos de dificuldades económicas, é inconcebível que existam sobreposições ou duplicações onerosas de esforços na Europa. Por este motivo, no presente relatório, exigimos uma utilização mais eficiente dos instrumentos existentes e que se evite a criação de novas estruturas», concluiu Gardini.

## **Turismo: uma abordagem coordenada para o sector do turismo da UE**

Uma grande maioria do Parlamento Europeu aprovou esta semana um relatório que relançará a UE como o primeiro destino turístico do mundo. O relator Carlo Fidanza (IT) afirmou: «Após a introdução, com o Tratado de Lisboa, de novas competências em matéria de turismo, a Europa pode agora propor várias iniciativas. O objectivo final será o de facilitar uma abordagem coordenada para o sector do turismo na UE.»

O turismo resistiu melhor à crise global que a maior parte dos outros sectores. O trabalho conjunto entre as instituições europeias e os operadores turísticos visa reforçar a competitividade das nossas empresas e melhorar o papel da Europa como destino único e apelativo através de uma forte diversificação da sua oferta.

«Interceptar o fluxo dos países BRIC, apostar em destinos e produtos de elevada qualidade, investir e criar novas qualificações profissionais e novas tecnologias de informação, promover eventos internacionais que possam captar a atenção em toda a Europa, promover um turismo sustentável acessível para todos, são os desafios que temos de vencer em conjunto para reforçar o turismo como sector-chave para a economia europeia.»

«O voto desta semana, que coincidiu com o Dia Europeu do Turismo, reforça o apoio do Parlamento Europeu à iniciativa do Vice-Presidente da Comissão Europeia, Antonio Tajani, incentivando o sector do turismo», concluiu Fidanza.

***Francesco Frapiccini***

## **Palestina: O Grupo PPE alerta contra uma abordagem partidária ao processo de negociação no Médio Oriente**

**Pedro López**

O Grupo PPE alertou esta semana no plenário para qualquer tentativa de responder de uma forma partidária ao pedido oficial palestino de adesão plena às Nações Unidas, uma vez que tal posição poderia prejudicar não só os resultados do processo de negociação no Médio Oriente como também o papel da União Europeia numa eventual solução.

A União Europeia deve chegar a uma posição unânime sobre os desenvolvimentos e ter um papel importante nas negociações que se seguirem. Qualquer resultado deve ter em devida conta a dignidade de ambas as partes. Deve ser tido em conta que o *status quo* é inaceitável e todos os esforços devem ir no sentido do relançamento de negociações de paz directas, tal como solicitado pelo Quarteto. Opomo-nos a qualquer acção unilateral, incluindo novos factos no terreno ou a expansão de colonatos», explicou Ioannis Kasoulides (CY), Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pelas relações externas.

Estes foram os princípios que orientaram a Resolução aprovada pelo plenário do Parlamento Europeu sobre a situação na Palestina, após difíceis negociações entre os grupos políticos.

«Na fase actual, seria errado que a nossa Resolução antecipasse o resultado destes esforços diplomáticos. Qualquer abordagem partidária prejudicaria o processo de negociação e enfraqueceria a possibilidade de a União Europeia desempenhar um papel catalisador», afirmou Kasoulides.

O coordenador do Grupo PPE na Comissão Assuntos Externos do Parlamento Europeu, José Ignacio Salafranca (ES), insistiu durante o debate no facto de que qualquer solução «deveria ser negociada sem afectar a dignidade de qualquer das partes e ao mesmo tempo reconhecendo os seus direitos inalienáveis: por um lado, o direito de viver em paz e segurança e, por outro lado, o seu direito de se constituírem como um Estado.»

## **Contratos públicos: PE exige direitos iguais para as empresas europeias em países terceiros**

Os parceiros comerciais da Europa devem conceder às empresas europeias acesso a contratos públicos, solicitou o Parlamento Europeu na sua sessão plenária de Setembro II. Para concretizar este objectivo, a Comissão Europeia é instada a apresentar uma nova estratégia para reforçar a política comercial externa da UE até 2013, em conformidade com a Resolução aprovada pelo Parlamento Europeu com uma grande maioria.

«A Comissão Europeia tem de trabalhar mais para ultrapassar as barreiras comerciais globais. O comércio livre global é a rede de segurança da indústria europeia. As empresas europeias devem ter igualdade de acesso aos mercados externos, da mesma forma que a UE abre os seus mercados a empresas estrangeiras», afirmou o autor do Relatório e coordenador do Grupo PPE na Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Daniel Caspary (DE).

A UE também deve adoptar medidas decisivas contra a pirataria e contrafacção de produtos, declarou o Parlamento Europeu. Como base para uma estratégia comercial europeia abrangente, o Parlamento Europeu exortou a uma melhor coordenação da Comissão Europeia em matéria de política comercial. A política comercial deve ser associada de forma mais eficaz à política externa da UE, afirma o Relatório.

«Muitos cozinheiros estragam a sopa: a Comissão Europeia precisa de ter finalmente uma estratégia clara para reforçar a indústria exportadora europeia. Além disso, a Comissão Europeia deve pôr termo à actual fragmentação das responsabilidades dos serviços. As questões comerciais poderiam ser agrupadas centralmente em coordenação com outras iniciativas da UE», concluiu Daniel Caspary.

***Lasse Boehm***